

Novos desafios e compromisso da publicação científica - Editorial

Se tivermos medo de nos enganar, de errar, se estivermos a nos avaliar constantemente, nunca transformaremos a academia num lugar culturalmente diverso, onde tanto os acadêmicos quanto aquilo que eles estudam abarquem todas as dimensões dessa diferença

bell hooks, *Ensino a Transgredir*

Cumprimentamos todo público leitor da *Revista Justiça do Direito* com a publicação de mais uma edição.

Os assim ditos desafios em relação à manutenção de um veículo de difusão de debates, inovações e discussão de conteúdos jurídicos – e de saberes tangenciais que tanto oxigenam o campo do Direito, sendo mais do que necessários – são muitos.

A necessidade de vigilância constante em relação à atualidade e ao caráter arrojado do material publicado não é nova, mas mais do que nunca se mostra premente em tempos em que a academia brasileira clama por sempre mais avanços e mais interlocuções. As novas regras de avaliação e de verificação da qualidade e da excelência dos periódicos que estão (ainda) em construção pública e coletiva oferecem possibilidades de renovação e de novos ares e rumos, ainda que convidem, igualmente, à manutenção dos estamentos e práticas que vinham de muito tempo atestando o padrão elevado e a afirmação.

A *Revista Justiça do Direito*, em seu histórico de décadas que se confunde com os quase 70 anos da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo-RS, já vivenciou várias dessas transformações. Em um ciclo recente que segue vivo, a designação do estrato *Qualis A1*, que atesta grau máximo de distinção será mantida em sua essência, através da aplicação e do apuro frente a compromissos de indexação e avaliação que vão substituir esse tipo de estrato em todos os periódicos científicos do Brasil, marcando o ingresso da divulgação e da produção acadêmicas em nosso país em mais uma nova era. E nossa *revista* seguirá essa trilha.

A presente edição marca também uma nova tomada de rumo frente aos padrões de análise do material a ser publicado – com muito orgulho, é possível dizer que a procura de publicação através de submissões nacionais e internacionais é muito mais elevada do que

a viabilidade para a veicular de imediato, frente à qual somos mais do que gratos e jubilosos (mesmo cientes de que isso é mais uma tarefa árdua que nos impõe trabalho e operações constantes). No tocante a isso, a configuração das novas linhas editoriais da *revista*, que correspondem às respectivas linhas de pesquisa trabalhadas agora pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Passo Fundo (*Estado, Jurisdição e inclusão social, e Direito, cidadania e relações sociais*), vão passar a ser filtro e guia para os conteúdos aqui debatidos, não sem deixar claro que a amplitude que perpassa ambas frentes de investigação e trabalho seguirá possibilitando ao periódico uma abertura de possibilidades, marcado, que é, pela diversidade, pelo pluralismo, pela amplitude de especulação e debate e pela busca de contribuições que façam a diferença em relação ao pensamento jurídico crítico mais elevado.

Apesar de estarmos diante de mais uma edição do fluxo comum da *Revista Justiça do Direito*, não deixa de ser possível anotar que se trata de uma edição histórica, à sua peculiar, mas inegável, maneira.

Boa leitura!

Patrícia Grazziotin Noschang

Editora-Chefe

Coordenadora Adjunta do PPGD/UPF-RS

Gabriel Antinolfi Divan

Editor-Executivo

Conselheiro do PPGD/UPF-RS.